

Monitoramento Participativo do Turismo Desejável: Contribuição aos Estudos de Capacidade de Suporte Turístico

Autora: Lilia dos Santos Seabra

Doutora em Geografia
Professora Adjunta da UERJ e UNESA
E.mail: liliaseabra@terra.com.br
Tel: 021-2958366

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo apresentar uma metodologia de capacidade de suporte para áreas turísticas desenvolvida por SEABRA (2005) – a MPTD – Monitoramento Participativo do Turismo Desejável. Tem como base de reflexão as metodológicas apresentadas por STANKEY *et al* (1995) - LAC e por GRAEFE *et al* (1990) – MIV. Entretanto, mais do que uma adaptação das metodologias estrangeiras à realidade nacional, a metodologia MPTD busca adotar, além da dimensão ambiental, as dimensões sociais, econômicas e culturais da sustentabilidade – esquecidas ou pouco interessantes às metodologias tradicionais - contribuindo com a sustentabilidade integral das áreas receptoras.

Ao adotar as dimensões da sustentabilidade, a metodologia MPTD expande os estudos de capacidade de suporte turístico e inicia um desafio que pretende ser seguido por outros pesquisadores da temática, que compreendem a cultura, a sociedade e a economia como importantes variáveis no destino das áreas ecoturísticas.

Para atender a questão acima, a metodologia MPTD coloca o foco de suas atenções nas comunidades receptoras e no turismo por elas desejável. Parte do princípio que as comunidades são dirigentes de seu destino, sendo partícipes no planejamento e no monitoramento da atividade. Neste sentido, empodera a comunidade, criando condições materiais para o exercício da gestão sustentável de seu legado cultural. Assim, angariar percepções, desejos e anseios das comunidades, frente ao fato turístico, é etapa importante na metodologia; bem como, criar instrumentos efetivos para o monitoramento das variáveis de interesse.

Numa visão sistêmica e tendo a bacia hidrográfica como unidade do planejamento e da gestão, a metodologia MPTD incentiva a busca de indicadores e padrões de monitoramento para as variáveis ambiental/natural, social, econômica e cultural, chegando a propor uma margem de visitação, correspondendo esta à capacidade de suporte turístico.

A metodologia MPTD propõe, ainda, como instrumento de canal de participação a realização de um plano de ação comunitário, que possibilite o monitoramento por parte dos atores sociais envolvidos e interessados na questão.

A MPTD foi aplicada no Sana - 6º distrito de Macaé / RJ - em função da tese de doutoramento da autora deste trabalho, em 2005. A escolha do lugar como território laboratório se deveu à importância de seus atrativos naturais, concentrados na bacia do córrego do Peito do Pombo; bem como, à existência de uma comunidade parcialmente preocupada / mobilizada para o desenvolvimento de um ecoturismo. Além disso, Sana conta com altas cifras de visitação turística, principalmente nos fins de semana e feriados, necessitando, urgente, do planejamento da atividade.

O trabalho que agora se apresenta tem como objetivo expor a MPTD, frente à experiência realizada na área acima referida, seus pressupostos e estrutura; bem como seus limites e potencialidades. Busca ser uma contribuição aos estudos de capacidade de suporte turísticos, que desejam o exercício democrático e pró-ativo das comunidades receptoras. Pretende, também, ser uma reflexão sobre a importância dos estudos de capacidade de suporte turístico para a conservação dos atrativos turísticos e legados culturais.

2 OBJETIVOS

- Apresentar os objetivos, premissas fundadoras e estrutura da metodologia de Monitoramento do Turismo Desejável – MPTD;
- Destacar as dimensões da sustentabilidade nos estudos de capacidade de suporte turísticos;
- Discutir a incorporação da comunitária no monitoramento do turismo desejável.

3 METODOLOGIA

As discussões feitas neste artigo sobre a metodologia MPTD, como já foi afirmado acima, é resultado da tese de doutoramento da autora. Portanto, não há uma metodologia proposta específica para este trabalho. Todo o exposto aqui, é conclusão extraída de extenso trabalho de campo na área de pesquisa (Sana-Macaé/RJ) e da revisão bibliográfica de teses, dissertações e livros concernentes ao tema.

O trabalho de campo, de grande valia para a formulação da metodologia MPTD, foi realizado, primeiramente, para entender os anseios e os desejos comunitários sobre o turismo que se desenvolvia na área. Questionários semi-estruturados e entrevistas gravadas com atores sociais relevantes deram o arcabouço para entender a percepção da comunidade acerca dos impactos locais advindos do turismo; bem como, para entender o turismo desejável pela

população local e para destacar aquilo que era considerado como legado cultural pela comunidade, passível de cuidado e conservação.

Uma vez compreendido os impactos que mais afetaram a população e o turismo por ela desejável, foi realizada a segunda etapa de trabalhos de campo, buscando entender a situação atual e/ou realizar o monitoramento dos sistemas naturais e sociais. Em especial para as variáveis físicas foram realizados trabalhos de campo para o entendimento dos impactos do turismo nos solos de trilhas visitadas, na vegetação marginal às mesmas e, principalmente, no rio local, o qual atraía número considerável de turistas e que a comunidade identificou como importante patrimônio a ser conservado para as futuras gerações.

Para o entendimento das variáveis sócio-culturais, econômicas e de infra-estrutura, o trabalho de campo realizado fez apreciação de encontros entre comunitários e observações do ambiente local.

Após entender a realidade local, foram sugeridos instrumentos de monitoramento comunitários e construído um plano de ação comunitário, possibilitando o seguimento do trabalho de monitoramento do turismo desejável por parte da comunidade.

4 DISCUSSÃO

4.1 IMPORTÂNCIA DOS ESTUDOS DE CAPACIDADE DE SUPORTE TURÍSTICO

Os estudos de capacidade de suporte turísticos, não obstante, são alvos de críticas por parte de muitos especialistas. Este fato se deve à credibilidade dos resultados e às dificuldades de aplicação das metodologias propostas, principalmente no Brasil, que apresenta cenário sócio-cultural e econômico distinto das áreas propositoras de tais metodologias. Apesar dos senões acerca dos estudos de capacidade de suporte turístico, é incontestável a sua importância. Não há discussão sobre a importância de limitar o número de visitantes de uma determinada área turística, frente aos limites impostos pelos sistemas naturais e pela sociedade local. Os impactos socioambientais são inúmeros e crescem no mundo todo, principalmente nas áreas onde o planejamento e a gestão da atividade foram preteridos. Problemas de erosão dos solos, poluição das águas, destruição da vegetação, perda do patrimônio material e imaterial são alguns dos problemas encontrados nas áreas receptoras.

A questão, então, que está em jogo nos estudos de capacidade de suporte turístico é metodológico. Esta deve contemplar o estabelecimento do limite de visitação que possa responder às exigências dos lugares.

A preocupação com a conservação das áreas de atrativos naturais, principalmente nos parques norte-americanos, mobilizou desde as primeiras décadas do século XX muito pesquisadores. A capacidade de suporte para fins turísticos teve sua primeira definição, em 1942, feita por SUMMER (*apud* VILLALOBOS, 1991). O pesquisador alerta em seus estudos, para os impactos ao meio ambiente, provocados pelo uso recreativo, quando a capacidade de carga de uma determinada área extrapola os limites de uso. Já na época, incorpora a noção de tempo a sua definição, aproximando esta às idéias de sustentabilidade. SUMMER está preocupado, exclusivamente, com os impactos ao meio natural. Questões de ordem social vão aparecer, posteriormente, nas obras de pesquisadores das décadas vindouras (VILLALOBOS, 1991).

Em 1964, WAGAR (*apud* VILLALOBOS, 1991) inclui na concepção de capacidade de carga os impactos sociais causados pela recreação. Neste sentido, os estudos de capacidade de carga passam a se interessar, não apenas, pelos impactos físicos e biológicos, mas pela satisfação da experiência do visitante, indicando que, a determinação da capacidade de carga é um processo biofísico e sócio-político (SEABRA, 2001).

Os estudos de CLAWSON turístico, em 1963, (*apud* VILLALOBOS, 1991) e os de KENETSCH (*apud* VILLALOBOS, 1991), é um avanço nos estudos de capacidade de suporte turísticos. Os autores ressaltam a importância da incorporação dos fatores de ordem social e psicológica. Para os pesquisadores, os fatores de ordem social incluem o nível sócio-econômico, a idade, educação, procedência e outros. Os fatores de ordem psicológica baseiam-se nos sentimentos e percepções do indivíduo, suas expectativas quanto à área visitada e comportamento.

Na década de 70, os estudos de capacidade de suporte, para fins turísticos, ganharam enorme complexidade ao aderirem aos programas e cálculos matemáticos. A dificuldade de aplicação de tais metodologias levou ao abandono das mesmas, as quais vieram a retornar nas décadas de 80 e 90, quando novas variáveis foram introduzidas, frente às questões emergenciais do ideário da sustentabilidade.

Na última década, frente à expansão do fenômeno do turismo e ao surgimento ou agravamento de impactos ambientais e socioculturais indesejáveis, muitos especialistas vêm discutindo o tema, colocando-o, novamente, como de grande importância no trato do turismo sustentável. Assim, são muitas as obras que abordam o tema e a necessidade premente de realização de tais estudos, na atualidade.

Atualmente se entende que a sustentabilidade de uma área só pode ser atingida quando todas as suas dimensões (econômica, social, ambiental/ecológica e cultural) são atingidas. Este mesmo raciocínio se estende aos estudos de capacidade de suporte turístico. A bibliografia está farta em observar os “diferentes limites” que devem ser estipulados para que o estudo possa ser contemplado. Os trabalhos de RUSCHMANN (1997), de SWARBROOKE (2000) e de THEOBALD (2001) falam da necessidade da busca de limites de suporte na esfera ambiental/natural, social, cultural e econômica.

A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO - OMT (2003) assume os seguintes critérios de capacidade de suporte turístico: físico, econômico, sociocultural e infra-estrutural. O econômico está ligado ao volume de turismo que possa levar benefício à população local, gerando renda e emprego; bem como a manutenção do empreendimento. O sociocultural estabelece o limite pelo qual o patrimônio imaterial pode ser conservado, bem como, o nível de turismo que possa ser absorvido pela sociedade local, sem alteração indesejada a sua qualidade de vida. O infra-estrutural está ligado à disponibilidade de recursos, instalações e serviços, para a manutenção da qualidade do ambiente. A OMT apresenta preocupação com o desenvolvimento de um turismo capaz de levar o bem estar às populações receptoras e à conservação dos patrimônios comunitários. O foco das preocupações e estudos de capacidade de suporte sai, inteiramente, do visitante e se aloja nos interesses comunitários.

A questão relativa à confiabilidade nos resultados é, nos estudos de capacidade de suporte para fins turísticos, uma grande preocupação. A questão que se coloca é simples: seria um número capaz de expressar, em si mesmo, o limite pelo qual, uma vez respeitado, o ambiente e a sociedade estarão salvaguardados de impactos danosos à conservação e à continuidade no tempo? São muitos os pesquisadores a afirmar que não existe um número ideal para limitar a quantidade de uso de uma área. MITRAUD *et al* (1997) afirma que o número estabelecido, nesses estudos, muitas vezes, não elimina a sensação de aleatoriedade dos resultados. Além disso, como afirma THEOBALD (2001) em seus estudos, não existe evidência de que ao ocorrer qualquer mudança no padrão de capacidade de suporte estabelecido, haverá, como conseqüência, mudanças previsíveis na capacidade de uma área.

Alguns pesquisadores / planejadores / gestores se referem, criticamente, ao “número mágico” - fronteira entre a conservação e a degradação do patrimônio natural e cultural de uma área. Para eles, o número pouco tem significado, visto que, outros fatores influenciam na conservação do ambiente, independente da quantidade de visitantes. O fator “comportamento do turista”, por exemplo, é de fundamental importância para a conservação dos patrimônios.

Para muitos, este fator é o mais significativo. Entretanto, na contramão desta crítica, alguns outros estudiosos afirmam ser o número relevante para os estudos de capacidade de suporte turístico. BELTRÁN (*apud* BOULLÓN, 2002) afirma que uma área natural, tendo o número n de visitantes, mesmo que estes não tenham nenhuma preocupação com a conservação do ambiente visitado, que carecem de uma educação conservacionista, podem não provocar nenhum distúrbio significativo a este meio. Isto porque, o chamado “efeito de diluição ambiental” está atuando. Ou seja, os possíveis transtornos ao ambiente, causados pelos turistas, tendem a ser insignificantes, frente às possibilidades do meio em dissipar tais transtornos. Da mesma forma, segue o autor em seu raciocínio: se o número n de turista aumentar, para esta mesma área, o “efeito de diluição ambiental” estará ineficiente, mesmo que estes turistas estejam numa visita responsável e respeitosa, em relação ao meio visitado.

A literatura demonstra que a discussão acerca do número ideal vem dando espaço para outras discussões e metodologias que têm substituído o enfoque do “quanto de uso” para uma área, para o enfoque de “efeito do uso” sobre o local e o usuário. Este novo enfoque possibilitou reformular o conceito de capacidade de suporte para fins turísticos, introduzindo um novo conceito de limite aceitável de mudança (FARIA e CARNEIRO, 2001).

A concepção de limite aceitável de mudança entende que os impactos acontecerão e que, portanto, é necessário um sistema de monitoramento para acompanhá-los. Este sistema de monitoramento se daria a partir dos limites de mudanças admissíveis para o meio, propondo medidas preventivas e corretivas.

Atualmente, mais do que o número ideal, para evitar impactos, as metodologias de capacidade de suporte turístico vêm desenvolvendo sistemas de monitoramento, baseando-se na idéia de mudanças aceitáveis ou desejáveis, dando um forte caráter de subjetividade a estas metodologias.

4.2 OBJETIVOS E PREMISSAS FUNDADORAS DA METODOLOGIA MPTD

A MPTD é resultado de uma extensa pesquisa acadêmica, por parte da autora deste trabalho, acerca dos estudos de monitoramento de impacto de visitação e de capacidade de suporte turístico, existentes e aplicados em diferentes partes do mundo, ao longo dos últimos anos. Tal pesquisa baseou-se no estudo teórico-conceitual das diferentes metodologias utilizadas por outros pesquisadores e esteve sempre atenta às críticas feitas em muitos livros e documentos que se propuseram a abordar o tema. Preocupou-se, também, com a análise e

avaliação de resultados apresentados em diferentes dissertações de mestrado (inclusive a dissertação de mestrado, desenvolvida pela autora deste trabalho, no ano de 1999, sobre o assunto), teses de doutoramento, programas e projetos nacionais e internacionais de pesquisadores do tema.

A análise e avaliação das metodologias de monitoramento de impacto de visitação e de capacidade de suporte turístico possibilitaram apontar, nas mesmas, fragilidades e potencialidades, dando arcabouços teórico e prático para a construção de uma nova metodologia, que viesse minimizar problemas, destacar e maximizar potencialidades. Assim, a estrutura da metodologia de Monitoramento Participativo do Turismo Desejável - MPTD - apresenta novidades, com inserção de novas etapas, conjugadas àquelas pertinentes a outras metodologias, pioneiras e já consagradas. A metodologia MPTD adere etapas das metodologias: Limite Aceitável de Câmbio – LAC e Monitoramento de Impacto de Visitação – MIV, ambas expostas na discussão temática deste trabalho.

A metodologia MPTD tem como objetivos: (a) Realizar o inventário das condições atuais e/ou monitorar áreas de atrativos turísticos naturais, que busquem, ou que já desenvolvam o ecoturismo (este entendido como um segmento turístico, que pretende a sustentabilidade social, econômica, cultural e ambiental da área visitada); (b) Criar margens / limites de visitação turística para o desenvolvimento do ecoturismo; (c) Criar possibilidades para o monitoramento comunitário do turismo desejável: sugerir metodologias / instrumento de monitoramento das variáveis físicas e sociais e um Plano de Ação Comunitário.

Apresenta as seguintes premissas fundadoras: a) adaptação às diferentes áreas de atrativos naturais - sejam estas áreas protegidas por lei ou não. A maioria das metodologias desenvolvidas foram concebidas para áreas protegidas por lei, atendendo as especificidades destas áreas, contidas em seus planos de manejo. A metodologia MPTD foi idealizada para as áreas de atrativos naturais, com presença de residentes; visto que, no Brasil, até as áreas protegidas por lei, são abrigos de comunidades tradicionais; (b) Inclusão dos Interesses e Desejos Comunitários – a metodologia MPTD está preocupada em inserir os interesses e desejos da comunidade local, receptora do turismo, em relação ao desenvolvimento do turismo em suas áreas. Busca inverter as tendências de muitos estudos de planejamento e gestão do turismo, que colocam o foco sobre as expectativas e exigências do turista, preterindo os interesses, desejos e anseios das comunidades receptoras, comprometendo, muitas vezes, a qualidade de vida de seus residentes e daquilo que se quer proteger.

O deslocamento de foco do turista para a comunidade está no fato de que: (1) são as comunidades, que no final das contas, carregam o legado dos planos e projetos

implementados, tenham sido eles bem ou mal sucedidos; (2) embora haja afirmações de que o turista, frente à sua capacidade de pressão possa diminuir ou dar fim ao turismo predatório de uma área, cabe ressaltar, que a sustentabilidade de um atrativo turístico terá mais êxito se a comunidade for levada a entender este enquanto um patrimônio cultural, capaz de contar um pouco da sua história e elevar a sua estima. Neste caso, a comunidade se torna a protagonista do turismo sustentável de sua localidade; (3) se a comunidade local tiver clareza e aceitação das mudanças, ocorridas no meio, advindas do turismo, bem como, clareza daquilo que quer e deve proteger, a localidade estará com mais condições de atrair turistas que saibam valorizar o patrimônio local e colaborar na conservação dos mesmos; (c) Participação no Planejamento e na Gestão do Turismo Desejável - a MPTD reconhece que sendo a comunidade local a mais autorizada para conservar seus atrativos, é ela que deve responsabilizar-se pelo destino do turismo, pelos impactos e mudanças aceitáveis, pelo turismo e turistas desejáveis; neste sentido, incentiva e cria condições para a participação comunitária no planejamento e na gestão do turismo; (d) Construção de Instrumentos de Monitoramento Comunitário – A metodologia está atenta para as dificuldades inerentes à grande maioria das comunidades, no tocante ao monitoramento de suas áreas, frente à complexidade dos instrumentos, métodos e técnicas, comumente usados nos estudos que visam o desenvolvimento de planos e a gestão de atrativos turísticos. Neste sentido, busca contribuir para a construção e divulgação de instrumentos de monitoramento de atrativos turísticos, mais simplificados, e que possam ser utilizados pelas comunidades locais, incentivando a sua participação; (e) Incorporação das Dimensões da Sustentabilidade – A metodologia proposta está preocupada em promover o desenvolvimento do ecoturismo, enquanto uma modalidade do turismo, que busca a sustentabilidade das áreas naturais visitadas. Para tanto, entende que os estudos de monitoramento do impacto de visitação e de capacidade de suporte devem atender às dimensões da sustentabilidade. Desta forma, os referidos estudos, na metodologia proposta, contempla as dimensões: ambiental, econômica, social e cultural, buscando definir indicadores, padrões de monitoramento e margens quantificáveis de visitação para a área, enfrentando dificuldades em relação àquelas dimensões menos quantificáveis e fortemente determinadas por subjetividades, assim como as dimensões sociais e culturais; (f) Adaptação à Escala Local – Nesta premissa, a metodologia aqui proposta não difere das demais metodologias existentes. Todas insistem em definir, monitorar e estabelecer a capacidade de suporte turístico na escala da localidade. A MPTD adere à escala local porque: (1) as variáveis em escala local são mais fáceis de serem entendidas e monitoradas; (2) cada local apresenta características próprias – físicas, socioeconômicas e culturais, necessitando de atenções específicas; (3) reconhece a

comunidade local como o ator social mais autorizado a identificar e proteger o seu patrimônio; bem como, em definir as mudanças aceitáveis, frente ao fenômeno turístico; (g) Inclusão da Bacia Hidrográfica como unidade do Planejamento e da Gestão – A metodologia proposta inclui a bacia hidrográfica como a unidade do planejamento e da gestão, fornecendo uma

“visão conjunta do comportamento das condições naturais e das atividades humanas nelas desenvolvidas uma vez que, mudanças significativas em qualquer dessas unidades podem gerar alterações, efeitos e/ou impactos a jusante e no fluxo energético de saída” (CUNHA e GUERRA, 1996, p. 353).

A metodologia prioriza, ainda, o planejamento e a gestão em micro-bacias hidrográficas, facilitando o entendimento dos processos naturais e socioculturais correntes, apoiando a premissa anterior de adaptação da metodologia à escala da localidade.

4.3 ESTRUTURA DA METODOLOGIA MPTD

As etapas da metodologia proposta para o Sana (MPTD) estão inter-relacionadas, servindo, cada qual, como subsídio para a etapa posterior. Está composta de 10 etapas, a saber: (1) Estudo dos Documentos, das Políticas Públicas e da Legislação Referentes à Área; (2) Identificação do Turismo Desejável, dos Patrimônios, dos Impactos e seus Respectivos Indicadores; (3) Definição dos Impactos Monitoráveis e de seus Indicadores; (4) Especificação de Padrões para os Indicadores Selecionados; (5) Identificação das Áreas e dos Pontos de Monitoramento; (6) Inventário das Condições Atuais; (7) Comparação das Condição Atual (Inventário) com os Indicadores-Padrões; (8) Identificação das Possíveis Causas dos Impactos; (9) Levantamento das Estratégias de Manejo; (10) Estabelecimento de Limite / Margem de visitação turística .

(1) Estudo dos Documentos, das Políticas Públicas e da Legislação Referentes à Área

Esta etapa faz a revisão sobre as políticas públicas, legislação, pesquisas, plano de manejo e outros documentos que recaem sobre a área em questão, em relação ao meio ambiente, à sociologia e economia local, à história do lugar e ao desenvolvimento do turismo.

Etapa que auxilia no mapeamento das áreas de visitação turística. Dá bases para a definição de indicadores e das áreas e pontos de monitoramento. Dá embasamento e direção, para entendimento do turismo desejável e dos limites aceitáveis de mudança pela comunidade.

(2) Identificação do Turismo Desejável, dos Patrimônios, dos Impactos e seus Respectivos Indicadores

Lista os patrimônios ambientais, identificados pelas comunidades, passíveis de visitação e que devem ser protegidos e levados até as gerações futuras. Este passo da metodologia tem a incumbência, também, de identificar o turismo e o turista que se deseja para a área; bem como, a tolerância aos impactos advindos deste turismo. As mudanças aceitáveis, por parte da comunidade, sejam no aspecto econômico, social, cultural e ecológico serão aqui identificadas. Esta etapa subsidia o levantamento dos indicadores ambientais, socioeconômicos, socioculturais e relativos à infra-estrutura, assim como os padrões para os indicadores.

Utiliza, como estratégia, a pesquisa de opinião com os atores sociais relevantes e população residente, buscando seus interesses e desejos em relação à área. Tem como instrumento a entrevista, com roteiro semi-estruturado e gravada com os atores sociais, que representam a comunidade. Para o restante da população residente, sugere-se a utilização de entrevista, registrada diretamente no questionário semi-estruturado ou estruturado.

Modelos de questionários semi-estruturados, em estudos de capacidade de carga e que podem servir de apoio para esta etapa são encontrados em MITRAUD *et al* (1997), TAKAHASCHI (1998), MURPHY e GARDINER (1983) e WATSON *et al* (1992).

(3) Definição dos Impactos Monitoráveis e de seus Indicadores

Seleciona os impactos mais significativos para a comunidade e seus respectivos indicadores. Os indicadores ecológicos serão aqueles capazes de medir alterações no meio físico, na fauna e flora local. Os indicadores sociais e econômicos medirão os impactos na qualidade de vida, advindos do fato turístico. Os indicadores culturais são referentes a valores, usos e costumes do grupo social em questão (MOLINA E RODRÍGUES, 2001).

Os indicadores infra-estruturais são aqueles que se referem à disponibilidade de infra-estrutura e serviços destinados ao atendimento do turista, como hotéis, pousadas, restaurantes, água tratada, esgotamento sanitário, energia, tratamento dos resíduos sólidos e telecomunicações.

A seleção de tais indicadores dependerá da análise detalhada dos resultados obtidos nas etapas anteriores, dos documentos sobre a área, das entrevistas abertas e das entrevistas qualitativas e quantitativas semi-estruturadas.

(4) Especificação dos Padrões para os Indicadores Selecionados

Após ter selecionado os indicadores, é especificado o padrão para cada um deles. A importância de definição dos padrões para os indicadores está no fato destes refletirem o quanto é aceitável de impacto por parte da comunidade. Eles expressam as condições mínimas

aceitáveis de mudança pelo turismo, para o meio natural e antrópico, socioeconômico e cultural.

A definição dos padrões de monitoramento dependerá da análise dos resultados das etapas 1 e 2 e da análise de padrões de indicadores já aceitos e apontados em pesquisas e literatura científica em todo o mundo.

(5) Identificação das Áreas e dos Pontos de Monitoramento

Esta etapa escolhe as áreas e os pontos a serem monitorados. A escolha das áreas e pontos testemunhos ou de controle depende das definições das áreas possíveis e desejáveis, pela comunidade, de visitação turística. Depende, portanto, dos estudos feitos nas etapas 1 e 2 desta proposta. A escolha das áreas e dos pontos de monitoramento deve possibilitar acompanhar as mudanças que ocorrerão e fazer comparações com os padrões de cada indicador. Esta etapa gera o mapeamento esquemático das áreas e pontos de monitoramento dos indicadores.

(6) Inventário das Condições Atuais

É nesta fase que os indicadores selecionados serão utilizados nas áreas e pontos testemunhos ou de controle, para detectar a situação atual ou impactos existentes, seja do ponto de vista da ecologia, da cultura ou da socioeconômica local.

Uma vez que esta metodologia pretende contar com a participação comunitária, no processo de monitoramento, dois tipos de instrumentos, devem ser testados. Além dos instrumentos e técnicas já consagrados e utilizados cientificamente, outros instrumentos mais fáceis e que possibilitem o monitoramento, pelo uso da percepção ou pelo uso de técnicas mais simples, por parte da comunidade, devem ser criados.

Os dois tipos de instrumentos para o monitoramento podem ser de grande valia, na complementaridade das informações, fornecidas por cada indicador selecionado, relativizando o rigor e veracidade determinante dos estudos científicos e valorizando a percepção e o conhecimento comunitário.

Esta etapa tem como produto o inventário e mapeamento da situação atual, medida por cada indicador selecionado.

(7) Comparação da Condição Atual (Inventário) com os Indicadores-Padrões

Etapa que faz comparação, entre os resultados obtidos na etapa anterior e os padrões estabelecidos (pela bibliografia científica, pela legislação, pelas informações fornecidas pela

comunidade e pelos critérios do pesquisador) para cada indicador de impacto selecionado. O objetivo é o de apontar as discrepâncias existentes entre a situação atual e os padrões de cada indicador selecionado. Este passo também indica as áreas onde os impactos negativos estão se apresentando.

Esta etapa dá a dimensão da distância que existe entre a condição presente e a situação desejada e o quanto se deve percorrer para chegar a última. Gera como produto final um diagnóstico das discrepâncias existentes entre a situação atual e os padrões dos indicadores selecionados.

(8) Identificação das Possíveis Causas dos Impactos

Uma vez levantado a situação atual e comparada com os padrões de cada indicador de impacto selecionado, chega a hora de identificar as possíveis causas dos impactos, com o intuito de, em etapa posterior, apontar estratégias corretivas.

Em geral, são muitas as causas dos impactos identificados. Por isso, são levadas em consideração aquelas mais significativas e expressivas para responder às determinadas situações - problemas.

Para a identificação das causas mais importantes, devem-se fazer relações entre a maneira com que o turista utiliza a área visitada, como se comporta nela, além de dados como: periodicidade da visita e quantidade de turistas.

(9) Margem / Limite de Visitação Turística

Esta etapa objetiva estabelecer uma margem quantificada de visitação turística, com fins a minimização dos impactos indesejáveis ou ao incentivo à visitação (caso não se tenha extrapolado a capacidade de suporte total de toda a área).

Uma vez estimado o número de turista que entra na área, sabido a situação atual e os limites aceitáveis de mudança, pode-se estabelecer a margem quantificada de visitação, que possa subsidiar a sustentabilidade integral da área.

A análise do quantitativo de turista que entra na área; da situação atual, descrita por cada indicador selecionado e dos padrões dos indicadores de monitoramento, é a estratégia recomendada nesta etapa.

(10) Plano de Ação Comunitário e Estratégias de Manejo

Uma vez identificadas as causas dos impactos na etapa 8, é necessário levantar as estratégias de manejo possíveis para minimizar tais impactos. O sucesso das ações de

implementação das estratégias de manejo deve ser, sempre, reavaliado com o monitoramento constante e utilizando os indicadores selecionados. Se os impactos não aceitáveis são persistentes, é necessário implementar novas ações de manejo.

Esta etapa tem como produto final o desenvolvimento de um plano de ações comunitário, com as estratégias de manejo.

4.4 QUADRO-SUGESTÃO DE INDICADORES E PADRÕES DE MONITORAMENTO

| Impactos Monitoráveis / Variáveis | Indicadores para o Monitoramento e Realização do Inventário das Condições Atuais | Padrões |
|-----------------------------------|---|--|
| Ambiente Físico / Natural | Qualidade da Água Fluvial | Índices de Coliformes Fecais, Totais e Físico-Químicos (Estabelecidos pelas Resoluções CONAMA 20 / 86 e 274 / 2000). |
| | Suscetibilidade à Erosão e Compactação dos Solos | Índices estabelecidos pelos Estudos Consagrados em Pedologia para Textura do Solo, Matéria Orgânica e Densidade Aparente |
| | Perda de Vegetação Marginal | Largura-limite das trilhas e do <i>camping</i> , definida pelos bastões de monitoramento. |
| Socioeconômico | Emprego no Turismo | Percentual de Pessoas Empregadas, Direta ou Indiretamente no Turismo. |
| Sociocultural | Tolerância ao Turista | Nível de Tolerância ao Turista |
| | Mudança de Hábitos e Costumes Locais | Nível de Mudança Aceitável para os Hábitos e Costumes Locais |
| | Patrimônios Edificados | Quantitativo de Patrimônios Perdidos |
| Infra-estrutural | Saneamento Ambiental (acesso aos serviços de coleta de lixo, de esgotamento sanitário e de abastecimento de água) | Capacidade de Suporte em Saneamento Ambiental |
| | Acesso aos Meios de Hospedagem | Capacidade de Suporte dos Hotéis / Pousadas e <i>Campings</i> |

Fonte: SEABRA, L.S. Monitoramento Participativo do Turismo Desejável: proposta metodológica para os Estudos de Capacidade de Suporte Turístico – Sana/Macaé/RJ, 2005. p. 260. Tese de doutoramento em Geografia – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade federal do rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

5 CONCLUSÕES

A metodologia MPTD está adequada para a realidade nacional; entretanto, há necessidade de maiores aplicações para que esta possa se apresentar como um modelo reajustável às diferentes localidades. Tem potencial para incorporação da comunidade como protagonista de seu destino no turismo desejável, e esta é uma de suas maiores contribuições para os estudos de capacidade de suporte turístico. Ao apresentar os instrumentos de monitoramento comunitário dá um salto qualitativo e abre a possibilidade de discussão entre o conhecimento acadêmico e conhecimento popular. O plano de ação comunitário é a herança que a metodologia deixa para a continuidade do monitoramento da atividade turística.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOULLÓN, R. C. **Planejamento do espaço turístico**. São Paulo: EDUSC, 2002. 275p.

FARIA, D. S.; CARNEIRO, K. S. **Sustentabilidade ecológica no turismo**. Brasília: Universidade Nacional de Brasília, 2001. 95 p.

GRAEFE, A.; KUSS, F.; VASKES, J. **Visitor impact management**. *In: Towards service visitors and managing our resources*. Department of Recreation and Parks. Pennsylvania, United States: University of Pennsylvania. State College, 1990. 213 – 233 p.

MITRAUD, S.; FERREIRA, B.; NASCIMENTO, I *et al.* **Projeto de desenvolvimento de trilhas interpretativas do Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha – PE**. Brasília: IBAMA, 1997. Mimeo. 56 p.

MITRAUD, S.; FERREIRA, B.; NASCIMENTO, I *et al.* **Projeto de desenvolvimento de trilhas interpretativas do Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha – PE**. Brasília: IBAMA, 1997. Mimeo. 56 p.

MURPHY, W; GARDINER, J. Forest recreating economics. **Irish Forestry**, Dublin, v. 40, n.1, p.12-19, 1983.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Porto Alegre: Bookman, 2003. 168 p.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável** - a proteção do meio ambiente. São Paulo: Papyrus, 1997. p. 199.

SEABRA, L. Turismo e legado cultural. Rio de Janeiro: **Revista da Pós-Graduação em Geografia**, Rio de Janeiro, v. 4, p. 24-37, nov. 2001.

SEABRA, L.S. **Monitoramento Participativo do Turismo Desejável**: proposta metodológica para os Estudos de Capacidade de Suporte Turístico – Sana/Macaé/RJ, 2005. p. 260. Tese de doutoramento em Geografia – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade federal do rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

STANKEY, G.; COLE, D.; LUCAS.; R et al. **The limits of acceptable change (LAC) system for wilderness planning**. United States: Department of Agriculture. Florest Service, 1995. 37 p.
SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável** – conceitos e impacto ambiental. São Paulo: Aleph, 2000. 140 p.

TAKAHASHI, L. Y. **Caracterização dos visitantes, suas preferências e percepções e avaliação dos impactos de visitação pública em duas unidades de conservação do Paraná**. 1998. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal), Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

THEOBALDO, W. F. (Org). **Turismo global**. São Paulo. Editora SENAC, 2001. 510 p.

VILLALOBOS, J. E. R. **Determinación de capacidad de carga turística para el Parque Nacional Manuel Antonio**. 1991. p. 183. Dissertação (Mestrado em Ciência Agrícolas e Recursos Naturais – Centro Agronomico Tropical de Investigación y Enseñanza, Costa Rica, Turrialba.

WATSON, et al. **Visitor characteristics and preferences for three national forest wildness in the South**. Research Paper INT. USDA. **Forest Service**, Orgden, n. 455, p. 1-27, 1992.